



**Pesquisa social latino-americana compromissada: horizontalidade entre  
investigadoras *cis*/brancas/elitizadas e mulheres indígenas<sup>1</sup>.**

Elizabeth Ruano-Ibarra.

Corporación Universitaria Autónoma del Cauca (Colombia)

Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados  
sobre as Américas (PPGECsA) do Departamento de Estudos Latino-americanos (ELA),

Universidade de Brasília. [elizabeth@unb.br](mailto:elizabeth@unb.br)

Larissa C. de Sousa Ferro.

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – Estudos  
Comparados sobre as Américas (PPGECsA) do Departamento de Estudos Latino-  
americanos (ELA), Universidade de Brasília. [larissa.csousaf@gmail.com](mailto:larissa.csousaf@gmail.com)

Resumo

Neste artigo aderimos ao esforço pela legitimação epistêmica de sujeitas contra hegemônicas latino-americanas mediante enunciação e citação da autoria de mulheres, alinhando-nos à linguagem crítica do uso irrefletido do masculino universal e defendendo a inclusiva ou não binária e sexista. Teoricamente, dialogamos com as noções de ‘ciência compromissada’, ‘pesquisa social por demanda’ e ‘horizontalidade’. A primeira compreende a definição partilhada de temas e problemas de pesquisa a partir de critérios de relevância social e política. A segunda implica produzir conhecimento em resposta a perguntas colocadas de ‘baixo para cima’. A terceira tensiona a legitimidade da agenda acadêmica perante os interesses das sujeitas de pesquisa. Embora essas noções tenham surgido em espaços latino-americanos e temporalidades distintas (1970, Colômbia; 2000, Brasil) e ‘horizontalidade’ (2012, México) compartilham do esforço por repensar a hierarquização e verticalização das relações sociais de produção de conhecimento em resposta às interpelações sobre o compromisso ético-político do fazer acadêmico. Perante esse cenário, enquanto mulheres intelectuais *cis*, brancas, elitizadas e urbanas propomos a noção de catação bibliográfica e documental como abordagem horizontalizada de aproximação aos movimentos de mulheres indígenas nos países latino-americanos.

Palavras-chave: catação bibliográfica e documental; ciência popular; saber popular; metodologia.

---

<sup>1</sup> Somos gratas as turmas de Seminário de Tese e Seminário de Dissertação, em 2020 e 2021, pelos debates que inspiraram este escrito e pela leitura atenta da primeira versão desta comunicação.

## Introdução

Neste artigo nos perguntamos pela genealogia do debate sobre horizontalidade em pesquisa social. A metodologia horizontal é definida como uma “*prática investigativa para construir conhecimento a partir da equidade discursiva*” (CORONA BERKIN; KALTMEIER, 2012 p. 24). A sensibilidade perante a temática aflorou em nossas trajetórias, no ano de 2016, em diálogo com Braulina Aurora, indígena intelectual da etnia brasileira Medzeniakonai, quem inquiriu o porquê de, nós, pesquisadoras brancas,<sup>2</sup> não investigarmos o caráter vertical das práticas de pesquisa. Na ocasião, Aurora dissertava sobre os limites do saber científico, especificamente no tocante à desconfiança dos povos indígenas perante os desdobramentos da pesquisa social, nomeadamente no campo da Antropologia.

Felipe Cruz (2016), antropólogo brasileiro da etnia Tuxá, também questiona o caráter ameaçante e violento das práticas acadêmicas verticalizadas e o apagamento das diferenças na formação intelectual. Assim, ao tomar a horizontalidade como objeto de reflexão, reconhecemos as contradições do fazer acadêmico e nos dispomos ao enfrentamento da “arrogância própria do conhecer científico” (RODRÍGUEZ, 2021, p. 236). Essa revisão das práticas acadêmicas supõe questionar o instrumental conceitual e metodológico a partir do qual o compreendemos e definimos. O reforçamento das assimetrias, como, por exemplo, as posições vantajosas de pesquisa, se renovam enquanto os fundamentos do saber acadêmico se mantêm inquestionados (CURIEL, 2014)

Nelly Richard (2005), advertiu sobre o risco de reduzir ditas preocupações à ‘máquinas’ para novas publicações<sup>3</sup> na lógica da indústria do *paper* (RICHARD, 2005). Nessa trilha é pertinente questionar pela genealogia do debate sobre metodologia horizontal. Em quais antecedentes teórico-metodológicos se ancora esse debate? Quais suas potencialidades e limites? Para o diálogo priorizamos as contribuições de autoras latino-americanas, especialmente feministas para aderir ao movimento de tomada de consciência sobre os desdobramentos da colonialidade, de gênero e do saber, e das assimetrias produzidas e reproduzidas pela geopolítica do conhecimento. Autoras

---

<sup>2</sup> Usamos a linguagem não binária ou neutra por entendermos que essa prática surge atrelada à epistemologia feminista e em prol da equidade de gênero. Reivindicar a evidenciação do gênero feminino nos usos linguísticos é almejar a superação do sexismo e da predominância do masculino genérico na linguagem.

<sup>3</sup> Essa armadilha se mitiga ativando práticas intelectuais de ruptura com o claustro universitário, procurando diversas articulações e pertencimentos sociopolíticos, acadêmicos, militantes-ativistas, governamentais, entre outros. A noção de pesquisadora-intelectual anfíbia de Maristella Swampa (2008) refere a busca por habitar e percorrer mundos para desenvolver a flexibilidade sobre si e as realidades sociais.

mulheres são minoria nas esferas de maior prestígio acadêmico e alcançam índices de citação menores em comparação aos seus pares masculinos, embora os indicadores de publicações científicas se equiparem em quantidade e qualidade (RUANO; ARAUJO, 2019).

Por autoria<sup>4</sup> de mulheres entendemos diversas visões de mundo que ganham forma na produção autoral situada em uma pluralidade de profissões e ofícios, como docência, crítica literária, literatura, música, artes, cinema, variados campos de conhecimento científico, dentre outras. Dessa polifonia emergem contribuições autorais, diferentes, enfoques e formas de análise e compreensão que visam deslocar o paradigma tradicional sobre o ‘lugar’ das mulheres na sociedade (WUENSCH, 2015; ROSSINI 2016).

Retomando o propósito de contribuir com o traçado da genealogia do debate sobre horizontalidade em pesquisa social em América Latina<sup>5</sup>–focaremos nos seguintes marcos cuja consolidação pode ser localizada nas décadas de 1960 e 1980: i) a teologia da libertação; ii) ciência popular e *Investigación Acción Participativa* (IAP); iii) saber popular; iv) antropologia compromissada, e v) crítica cultural latino-americana. Dialogamos com as produções de Sarah Corona Berkin (2012, 2017 e 2020) enquanto baliza do debate sobre horizontalidade, além de uma breve revisão sobre as citações dessa proposta em publicações do período de 2013 a 2021.

### **Abordagem metodológica**

O processo de elaboração deste trabalho se subdivide em quatro fases, como ilustra a figura 1. Se trata de uma dinâmica cíclica e inacabada que exige vigilância constante. A *Primeira Fase* se voltou para o desenvolvimento da ideia de catação de saberes contra hegemônicos mediante revisão bibliográfica e pesquisa documental em detrimento de outras técnicas de pesquisa social. A ideia sobre catação é desenvolvida na 3ª seção desta comunicação. Na *Segunda Fase* realizamos a revisão bibliográfica sobre o debate recente em torno da horizontalidade em pesquisa social compreendendo o período de 2013 a 2020. A coleta de informação se apoiou em buscas nos sítios *Scholar*, *SciELO* e

---

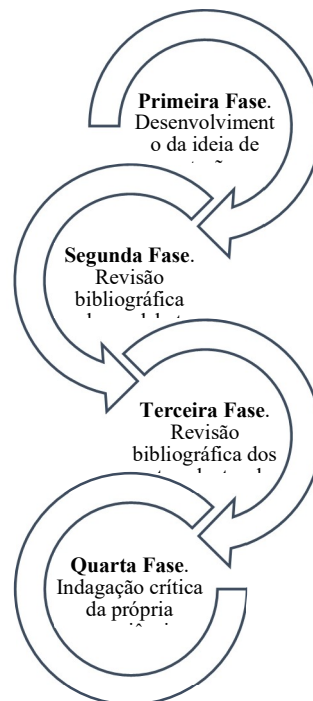
<sup>4</sup> A compreensão da noção de autoria precisa de atualização diante dos avanços impostos pelo capitalismo cognitivo, como o compartilhamento de dados na internet e os movimentos de livre acesso a bens imateriais (PIRES; LIMA, 2020).

<sup>5</sup> Latín América é entendida como “objeto de estudo, campo de experiência [...] postura de enunciação” (RICHARD, 1997, p. 345), e “construção política associada a processos históricos” orientados pela ideia de unidade e sentido de pertinência (RUANO-IBARRA; DA CRUZ, 2021, p. 20) mediante resistências políticas, econômicas e culturais (ANSALDI; GIORDANO, 2006)

Redalyc, na data de 31/07/2021. Esses buscadores são de acesso aberto, isto é, baseados na premissa do conhecimento como bem público, prezam pela disponibilidade de acesso gratuito aos resultados de pesquisas científicas. A procura esteve guiada pela palavra-chave: horizontalidade, em espanhol e português.

Às referências bibliográficas identificadas, aplicamos duas técnicas de análise: a) leitura de reconhecimento (LIMA; MIOTO, 2007) e b) leitura compreensiva crítica que implica senso de suspeita aguçado (DINIZ, 2012). Após ambas as etapas de leitura elaboramos fichamentos e quadros síntese buscando aproximações e distanciamentos com as contribuições de Corona Berkin e Kaltmeier (2012).

Figura 1. Desenho metodológico.



Na *Terceira Fase* a revisão bibliográfica versou sobre os antecedentes do debate sobre horizontalidade em pesquisa social. Embora esta etapa apareça listada ao final desta seção, essa revisão constava no arquivo elaborado em aproximadamente década e meia de ensino-aprendizagem sobre ciências sociais. Wright-Mills (1980, p. 216) utilizou a metáfora do arquivo para referir o “armazenar crescente de experiências, fatos e ideias vagas e precisas”, motivações ético-políticas e anseios pessoais. No tocante à revisão de literatura, são tão importantes aquelas contribuições destacáveis pela sapiência como as “frouxas” porque apresentavam caminhos a serem trilhados. No primeiro grupo enquadram-se as contribuições priorizadas e incluídas neste texto como

anteriores. A revisão bibliográfica consistiu em visitar referências para reconhecê-las em sua condição de pioneirismo metodológico da pesquisa social latino-americana.

Na *Quarta Fase* consolidamos a indagação crítica das nossas próprias experiências metodológicas e apresentamos uma síntese desse exercício reflexivo na última seção desta comunicação.

## Discussão

### *Antecedentes do debate sobre horizontalidade*

Inés Cornejo (2020), socióloga peruana, propõe tomar a teologia da libertação como ponto de partida da genealogia metodológica latino-americana. A teologia e as teólogas desse movimento assumiram o esclarecimento da consciência como fundamento. O texto bíblico passou a ser confrontado criticamente a partir da pobreza ‘desumana e não evangélica’<sup>6</sup> no contexto latino-americano<sup>7</sup>. A releitura do evangelho em condições históricas e políticas concretas foi uma prática iniciada por esses grupos de vanguarda. A identificação consciente com os interesses dos oprimidos dotou de racionalidade esse projeto histórico.

A suspeita da responsabilidade da Igreja perante a opressão desdobrou-se em argumentação sociopolítica na qual a injustiça social se tornou problema social impostergável. A teologia da libertação questiona a si própria, à Igreja e à sociedade como práxis crítica, estimula o esforço intelectual mediante consignas de ação, reflexão e análise social baseado em noções marxistas e da teoria da dependência (CORNEJO, 2020). A ação se orientou pelos verbos **ver** - as situações de opressão, **julgar** - como mediação hermenêutica e **atuar** - como práxis libertadora. Metodologicamente se narra um fato cotidiano em diálogo com uma citação bíblica relacionada, se formulavam perguntas e estimulava a ação comunitária. Desse modo, a educação de base se tornou finalística para tornar os fiéis agentes conscientes (MÜLLER, GUTIÉRREZ, 2013).

Essa teologia não é neutra, assume claramente sua opção ideológica eminentemente situada. A enunciação das teólogas é hierárquica, apesar do esforço por reconhecer-se nas oprimidas, o privilégio epistêmico autoriza sua palavra. Contudo, o

---

<sup>6</sup> Assim definida na 1ª e 3ª Conferências Gerais do Episcopado Latino-americano (CELAM) de Medellín e Puebla, 1966 e 1979

<sup>7</sup> A década de 1950 viu florescer a revolução cubana, os anos sessenta mobilizações populares e lutas guerrilheiras, ditaduras militares em Paraguai, Argentina, Peru, Bolívia, Brasil, Honduras, El Salvador, Guatemala, Nicarágua. No final dessa década a revolução Popular Sandinista (1979-1990).

movimiento de voltar-se para secularizar as convicções católicas partindo das pessoas oprimidas, constituiu uma ruptura paradigmática reprimida<sup>8</sup> institucionalmente. No entanto, sua influência alcançou o campo intelectual e continua inspirando as lutas populares.

Continuando com a revisão em chave de genealogia, há que citar a noção de ciência popular de Fals-Borda (1987, p. 70, tradução livre), que ecoa as problematizações da teoria da dependência e constitui um debate pioneiro em explicitar a hierarquia nas relações de pesquisa como falta de rigor. Para o autor, o conhecimento empírico, prático e de sentido comum constitui um domínio ancestral, cultural e ideológico, a partir do qual os povos interpretam a natureza e seus recursos. Dita ciência “tem sua própria racionalidade e estrutura de causalidade”, embora codificadas fora das regras e critérios científicos dominantes. Contudo, seu mérito e validade podem demonstrar-se.

Desde os primeiros anos de sua trajetória intelectual, no início da década de 1960, Fals Borda buscou entender a correlação entre injustiça sistêmica e concentração de terras na América Latina. Defendeu a centralidade das vozes dos sujeitos subalternizados em suas análises e construção teórica. No livro *Campesinos de los Andes: estudio sociológico de Saucio* (1961), vinculou a interpretação sociológica das formas de produção com a ação política das organizações camponesas/rurais. Para tanto, considerou os indígenas, operários, camponeses e ribeirinhos enquanto produtores de conhecimento em uma perspectiva dialógica e totalizante.

Em publicações posteriores (FALS-BORDA, 1978, 1984, 1987) essa reflexão ganhou consistência na IAP. Reivindicava o engajamento das classes subalternizadas à ciência para superar o obstáculo “do conhecimento pelo conhecimento”. Praticou o comprometimento intelectual na construção de interpretações e de iniciativas de transformação das desigualdades na sociedade capitalista (BRINGEL; MALDONADO, 2016).

A IAP fundamenta-se na construção participativa do conhecimento voltada para refletir sobre o fortalecimento organizativo, a compreensão sobre a realidade circundante e a ação transformadora. Com esses propósitos, ganhou destaque a definição partilhada dos temas/problemas de pesquisa entre pesquisadoras/es e as comunidades envolvidas a partir de critérios de relevância social e política (FALS BORDA, 1978).

---

<sup>8</sup> Com João Paulo II se institucionalizou a repressão ou ‘chamado ao silêncio obsequioso’ aos teólogos da liberação: i) proscrição de suas contribuições intelectuais; ii) publicações impedidas e iii) retiro de sala de aula.





Paulo Freire (1970) também defendeu a legitimidade da pesquisa fundamentada no saber popular para transformar a realidade latino-americana<sup>9</sup>. Argumentava que o saber popular permite afiançar a autonomia dos oprimidos mediante a discussão dos problemas sentidos e a idealização de formas para enfrentá-los<sup>10</sup>. Importante lembrar que a defesa pioneira, em 1902, da importância da autonomia nas dinâmicas de ensino-aprendizagem foi realizada por Dulce María Borrero (1883-1945), educadora cubana. A autora também censurava o distanciamento do que se ensina em sala de aula com a realidade discente. O pensamento freiriano se consolidou como pedagogia social e popular<sup>11</sup> fundamentado em práticas pedagógicas emancipatórias e transformadoras.

O pioneirismo da ideia de ciências sociais comprometidas corresponde ao antropólogo mexicano Daniel Cazés (1939-2012). A proposta de uma antropologia compromissada dialoga com o debate sobre colonialismo interno (GONZÁLEZ CASANOVA, 1964), surgiu como resposta ao “questionamento severo” a seus “métodos, finalidades, objetividade e filosofia moral” que sustentam o acúmulo de estudos monográficos de milhares de povos ‘primitivos’ (AGUIRRE BELTRÁN, 1977, p. 33, tradução livre).

Dito questionamento remete à 1968 quando essa disciplina teve ameaçado o status adquirido. “O movimento estudantil de signo anárquico iniciado na França correu velozmente pelo mundo ocidental, e os países sob sua influência, produzindo forte impacto sobre nossas ideias”. Essa mobilização “chacoalhou de pés à cabeça” às ciências sociais estadunidenses . Os antropólogos foram atingidos pela crítica ao desenvolvimento de pesquisas contra insurgentes patrocinadas por fundações imperiais, por exemplo, o projeto Camelot no Chile. Sua essência como “ciência do homem” ficou em xeque ao ser confrontada com sua “origem bastarda, filha espúria do senhorio colonial”. Os antropólogos foram inculcados “como agentes ativos da penetração imperialista” (AGUIRRE BELTRÁN, 1977, p. 33, tradução livre).

---

<sup>9</sup> Fals Borda e Freire realizaram conjuntamente pesquisa social no Brasil nas décadas de 70 e 80, por convite do segundo (BRINGEL; MALDONADO, 2016).

<sup>10</sup> Desdobramento sociopolítico fraguado no bojo da revolução cubana (1953-1959) e na tomada de consciência da importância dos movimentos de liberação social.

<sup>11</sup> O brasileiro Carlos Brandau, o equatoriano Gonzalo Orbe e o colombiano Luis Oscar Londoño Zapata contribuíram divulgando e desenvolvendo a proposta pedagógica que tece em Freire seu principal impulsionador (ARCILA, 2015).

Desde outra frente, os estudos culturais ou crítica cultural latino-americana<sup>12</sup> posicionam-se perante o *meta-discurso* “abalado pelo circuito de garantias metropolitanas que por condutos acadêmicos reinstitucionaliza novas formas de domínio internacional” (RICHARD, 1997, p. 346, tradução livre). Dito posicionamento defende “práticas heterógenas que desbordem e subvertam o purismo conservador acadêmico”, propendendo por espaços de tensionamento crítico e resistência de margens de incômodo perante os conflitos de autoridade epistêmica. Ditas práticas críticas de ação e situação estão necessariamente situadas em estruturas locais, pois, propiciam “contato vivo” com a trama social (RICHARD, 2003, p. 442, tradução livre).

A transculturalidade e pluridisciplinaridade nascem para dar conta dessa busca de contestação ao paradigma monocultural da razão ocidental dominante. Essa travessia em busca de fusão de conhecimentos e diversificação dos objetos de estudo vem “negociando diferentes cotas de inteligibilidade” (RICHARD, 2003, p. 445, tradução livre). Se propõe o micro ativismo militante, entendido como deslizamentos entre o marco de compreensão dominante e os subalternizados. Objetivando estender e diversificar a compressão sobre o social, se propõe soma de saberes diferentes, porém complementários, e conciliações práticas. Se potencializa também enquanto oportunidade de interpelar “o claustro universitário dos saberes corporativos” e como possibilidade de enfrentar as tensões entre trabalho e prática intelectual – reconhecendo a inferioridade da profissão docente universitária - e as margens de intervenção extra disciplinar. É nessa fricção que, apesar do risco de “mimetização com a superficialidade”, se poderia ampliar socialmente a crítica aos ordenamentos burocráticos e mercantis capitalistas que atravessam a prática intelectual (RICHARD, 2005, p. 8).

As ciências sociais latino-americanas da virada do século 20 viram florescer a noção de “intelectual anfíbio” da socióloga argentina Mariestella Swampa (2008), e de pesquisa social por demanda, cunhada pela antropóloga argentina Rita Segato (2012). Ambas trilham e renovam as reflexões antes citadas. A proposta de Swampa concebe o compromisso intelectual e político como tarefa e esforço coletivo na construção de pensamento-ação comum. Se trata de uma tensa busca por equilíbrio, um vaivém

---

<sup>12</sup> Transita pelo diagrama teórico da alteridade, subalternidade e marginalidade e carrega contraditoriamente o “selo da acadêmica metropolitana”. Nós, latino-americanas encarnamos a *outredade* pela nossa “condição material de sujeitos distintos e distantes dos centros de autoridade e controle discursivos” (RICHARD, 1997, p. 344 e 345).



tensional entre o compromisso com a realidade envolvente e atravessadora, e a criticidade exigida na produção de conhecimento.

A intelectualidade anfíbia, comprometida e crítica, produz conhecimento interpelando criticamente às realidades que acompanha. São agências que percorrem habitando e, nessa dinâmica, alcançam uma melhor compreensão sobre os fenômenos sociais e sobre si próprias. Possuem potencialidades para gerar “vínculos múltiplos, solidariedades e cruzamentos entre diferentes realidades”, uma “sorte de multipertencimento” que poderia desdobrar-se em maior flexibilidade (SWAMPA, 2008, p. 14-16).

Na trilha das contribuições da antropologia à flexibilidade sobre as práticas verticalizadas de pesquisa, Segato (2012, p. 110<sup>13</sup>) defende a pesquisa social por demanda. Fundamentada na escuta etnográfica, propõe a produção de conhecimento a partir das perguntas colocadas pelas sujeitas de pesquisa. A autora refere especificamente a solicitação levantada pela Coordenação de Mulheres Indígenas da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão estatal indigenista brasileiro, para pensar na defesa de sociedades acusadas da prática de infanticídio. Essa pesquisa “levou-me à necessidade de pensar na defesa das mulheres indígenas perante a violência crescente que as vitima em número e grau de crueldade”.

Desde a prática de uma antropologia contenciosa que requeresse um “vocabulário estratégico decolonial”, revelando termos que “permitem pensar e atuar de forma mais adequada em direção a um projeto crítico e libertador”. Nesse projeto, as relações de gênero não constituem “um tema entre outros da crítica decolonial”, mas são “uma cena ubíqua e onipresente de toda vida social”. Exige “conferir-lhe um real estatuto teórico e epistêmico [...] capaz de iluminar todos os outros aspectos da transformação” do sistema de opressão patriarcal capitalista (SEGATO, 2012, p. 113 e 116).

A historicização dessa argumentação se justifica para incentivar debates e convergências entre os questionamentos latino-americanos ao paradigma de racionalidade ocidental sob o qual se funda a produção de conhecimento acadêmico. Segundo Cornejo (2020), a igualdade discursiva e o estabelecimento de condições de equidade são convergências na genealogia metodológica latino-americana. Para a autora,

---

<sup>13</sup> Essa argumentação foi apresentada publicamente pela primeira vez em 2010 na Universidade Ricardo Palma (Lima, Peru).

a autonomia do próprio olhar é alcançada a partir do reconhecimento do olhar que outrem devolve.

#### *Revisão bibliográfica sobre a horizontalidade (2013-2021)*

A busca bibliográfica nas plataformas *Scielo*, *Redalyc* e *Scholar*, de publicações no período entre 2013 e 2020, rendeu sete referências: Gonzáles, 2013; Carvalho, Torres, 2015; Vidales, 2016; Corona Berkin *et al*, 2017; Mendes *et al*, 2018; Ortiz e Arias; 2019; Fernández-Camacho, 2021. Essas referências atendem ao critério de priorização não excludente da autoria de mulheres e se encontram publicadas em revistas indexadas ou como livro de editorial reconhecida. Na análise indagamos pela noção de horizontalidade utilizada, se ecoam referências similares e se identificam limites e possibilidades dessa abordagem.

As metodologias horizontais se ancoram na perspectiva histórica e nos “fluxos de pensamento do Sul” das décadas de 1960 e 1970. Salienta-se a força conquistada por correntes marginais influenciadas pelo marxismo e neomarxismo e ligadas aos sindicatos e movimentos sociais. O movimento zapatista de libertação nacional, no México, exemplifica essa perspectiva de luta contra uma única visão de mundo e de produção de conhecimento<sup>14</sup> e situa-o como antecedente latino-americano do enfoque metodológico horizontal (CORONA BERKIN; KALTMEIER, 2012).

Para Carlos Vidales Gonzáles (2013) o diálogo entre os envolvidos nas relações de pesquisa constitui o fundamento da horizontalidade. Entendendo-a não apenas como uma ferramenta de comunicação, mas como prática atrelada à produção de conhecimento. Se utiliza da horizontalidade visando repensar o binarismo sujeito-objeto das perspectivas tradicionais e as hierarquias entre pesquisadoras acadêmicas e sujeitas de pesquisa. Garbênio Carvalho e Maria Torres (2015) adotam a horizontalidade para questionar a verticalidade das relações de trabalho no contexto do agronegócio. Fazem o contraponto a isso, a horizontalidade das relações no sistema de agricultura familiar para defender os limites da verticalidade nos saberes e no trabalho de produtores rurais.

Gialuanna Vázquez e Patricia Medina-Megarejo (2016) tecem reflexões sobre a horizontalidade tomando como ponto de partida a realização de oficinas de literatura para Educação Inicial Indígena, de 0 a 3 anos, numa localidade de etnia *maya-yucateca*,

---

<sup>14</sup> Xochitl Leyva Solano (2017), antropóloga mexicana, junto a mulheres e jovens de Chiapas (México) propôs a pesquisa co-labor ou pesquisa sentipensada, enraizada e co-razão cruzamento entre ativismo, academia e universidade.

no México. As autoras refletem sobre as formas de exclusão e dominação entre professoras e estudantes, adultas e crianças indígenas. Estabelecem equiparações conceituais entre a horizontalidade, a investigação participativa e a *etnografia em colaboração ou co-labor*<sup>15</sup> argumentando que todas se orientam ao reconhecimento da dialogicidade na construção do saber.

A psicóloga brasileira Aline Mendes *et al* (2018) usam a horizontalidade para analisar a trocas de saberes e vivências singulares no âmbito do Projeto de Extensão Laços, do município de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. Enfatizam a importância dos laços afetivos para questionar a hierarquia entre “produtores de saberes” e quem “absorve conhecimento”. Alexander Ortiz e María Arias (2019) criticam a própria expressão “metodologia horizontal” por considerá-la contraditória, consideram que a hierarquia entre investigadora e investigadas sustenta o processo investigativo.

Como alternativa, propõem a ideia de um fazer e agir concretos apoiados em três ações: o contemplar comunal, o conversar alterativo e o reflexionar configurativo. No primeiro, a mediadora decolonial vivencia intensamente a emoção e afetividade, observa, escuta e configura a ação de outrem, se envolve com os anseios, sonhos, medos e expectativas alheios. Nesse escutar-vivenciar-observar coletivo, a mediadora decolonial é também observada enquanto observa. O conversar alterativo é o diálogo intercultural, é afetivo, reflexivo, respeitoso e solidário. Já o reflexionar configurativo é holístico, considera os acontecimentos, suas relações e interconexões. Se trata de questionar em que medida o fazer cotidiano contribui para reproduzir os saberes, sentimentos e práticas do sistema capitalista moderno colonial.

A feminista mexicana Marcela Fernández-Camacho (2021), a partir das contribuições da geógrafa Yvonne Riano (2012<sup>16</sup>), julga que o debate de horizontalidade é incompleto pois focaliza somente a pesquisa acadêmica. Argumenta ser necessária a dimensão de cumplicidade militante ou participação coletiva em prol do conhecimento colaborativo. Sua perspectiva de metodologia militante se baseia em três eixos: i) conhecer e transformar enfatizando o aspecto ético-prático do conhecimento sobre o puramente cognitivo; ii) horizontalidade das relações sociais em geral, não apenas das

---

<sup>15</sup> Joane Rappaport (2007), antropóloga estadunidense, explana essa abordagem epistemologicamente e em diálogo com os povos indígenas da Colômbia.

<sup>16</sup> Propõe a ideia de minga ou reciprocidade andina como metodologia horizontal, a equidade entendida como co-determinação é seu princípio norteador.

investigativas; iii) implicação afetiva ou relações duradouras para além do interesse acadêmico.

A metodología militante de Marcela Fernández-Camacho (2021) e a abordagem de Aline Mendes *et al* (2018) são conceitualmente próximas com os fundamentos da IAP de Fals Borda. Essa constatação revela a historicidade do incômodo das Ciências Humanas e Sociais latino-americanas com a errônea separação entre sujeita cognoscente e sujeita de pesquisa. Revela-se como novidade a inclusão da dimensão afetiva, aspecto fundamental no debate feminista.

Esse conjunto de referências analisadas trata explícita ou implicitamente da violência epistemológica na produção ocidental de conhecimento. Acredita, como Briones (2020), ser imperativo o reconhecimento da colonialidade do saber e da historicidade da investigação científica que estrutura hierarquicamente as relações de pesquisa convencionais. Cumpre vigiar epistemologicamente a reprodução de desigualdades e estigmas na delimitação temática, no desenho do problema, das perguntas, dos objetivos, do referencial teórico e, não exclusivamente, da metodologia das pesquisas sociais.

A coletânea organizada por Sarah Corona Berkin e Olaf Kaltmeier (2012) é uma referência comum na bibliografia em análise. Nessa obra, o surgimento do debate sobre horizontalidade se delimita na crise da autoridade e da autoria coletiva da década de 1990. Claudia Briones (2020), antropóloga argentina, demarca o debate sobre horizontalidade<sup>17</sup> na década de 1950, circunscrevendo-o a preocupações antropológicas, como veremos no seguinte item. Segundo Corona Berkin e Kaltmeier (2012) a preocupação pela horizontalidade emerge da tensão pelo ideal de diálogo, troca recíproca e negociação permanente na produção de conhecimento.

As metodologias horizontais se sustentam em construções epistemológicas orientadas para o tensionamento das hierarquias na produção de conhecimento. Implicam em mudanças profundas no processo de pesquisa pois questionam as normas, os saberes e as práticas institucionalizadas. Entendem o processo de pesquisa e a produção de conhecimentos como compromisso político para gerar formas para viver melhor. Nessa ordem, a pergunta de pesquisa não surge mais da vontade unidirecional da pesquisadora,

---

<sup>17</sup> Briones (2005) tratou esse assunto tangencialmente. Nas publicações de 2013 e 2014, desenvolveu a ideia de verticalidade e assimetria na produção de conhecimento.

mas da negociação com as sujeitas de pesquisa. A teoria norteadora baseia-se também na prática relativizando a hierarquia da primeira.

Os procedimentos metodológicos em chave de horizontalidade consideram três eixos: i) autonomia do olhar dialógico constituído a partir do encontro horizontal; ii) conflito gerador ou projeto civilizatório hegemônico; iii) igualdade discursiva que se funda no vínculo estabelecido a partir da exposição explícita dos objetivos e necessidades das sujeitas de pesquisa. A validação das metodologias horizontais se dá no plano epistemológico, político e prático, e deve incluir também as técnicas de análise e interpretação dos dados de pesquisa ambicionando também a ruptura com a verticalidade.

Reconhecendo as contradições desse desafio poderemos assumi-las como insumos do processo reflexivo e visando a criticidade também durante a publicação e divulgação. Rosana Rodríguez (2021) alerta sobre o fato de os direitos e bônus de autoria não retornarem às mãos de quem os produziu ou contribuiu para tal. Esse aspecto nos reporta ao conflito fundador destacado por Corona Berkin (2020) ou às fricções resultantes da busca por horizontalidade entre sujeitas cognoscentes situadas em condições assimétricas.

Uma outra aresta diz respeito a autoria dos resultados em chave relacional, múltipla e historicizada. A atual noção considera inseparável a obra da autoria, a última entendida como gênica criadora. A partir da dimensão mercantil<sup>18</sup>, assunto supostamente datado no século 18, se coloca em xeque a dimensão social do saber (PIRES; LIMA, 2020). De outra parte, apesar de boa proporção da pesquisa social ser compelida à margem da fronteira do campo científico<sup>19</sup> (TUHIWAI SMITH, 2016, p. 261), a horizontalidade deve alcançar também a divulgação e publicação<sup>20</sup> dos resultados de pesquisa assim como todas as relações sociais, não apenas as delimitadas à investigação.

### *Indagação crítica da própria experiência metodológica*

---

<sup>18</sup> Aos custos para publicar e acessar conteúdos em suportes (periódicos e editoriais) científicos indexados e prestigiosos contrapõe-se a política de acesso livre.

<sup>19</sup> A Maori intelectual indígena adverte que o trabalho intelectual como cientista social implica “estar nem dentro nem fora” do sistema de poder e cultural dominante, se trata de sobreviver nos bordes da teoria e prática. Esa opção pela pesquisa social compromissada desdobra-se em impacto negativo nas carreiras profissionais dada a percepção de autoridade intelectual dos pares. O risco implícito nessa decisão é tornar-se marginalizada no campo intelectual.

<sup>20</sup> Sobre o assunto ver Karina Bidaseca (2017) e Mario Rufer (2012).

A injustiça social justifica nosso fazer intelectual, porém crescentemente a intelectualidade indígena e negra, dentre outros segmentos sociais marginalizados, interpela a legitimidade ético-política dessa alegação. Perante esse cenário, enquanto intelectuais mulheres cis, brancas, heterossexuais, elitizadas, urbanas e escolarizadas<sup>21</sup> julgamos ser necessário refletir sobre nossas práticas de pesquisa e motivações.

Trazemos aprendizados de pesquisas concluídas, entre 2009 e 2016 (RUANO, 2020), e em andamento (FERRO, 2020), nas quais privilegiamos as narrativas (RIPAMONTI, 2017) de mulheres indígenas sobre suas trajetórias político-acadêmicas. Ancoradas na perspectiva interacionista, essas investigações conferiram centralidade às sujeitas indígenas elucidando suas contribuições ao pensamento latino-americano. Defendemos que a recuperação de conteúdos produzidos em diversos âmbitos, inclusive não acadêmicos, por mulheres indígenas e seus povos de origem, contribuem para descolonizar a pesquisa social. Também focalizamos as narrativas de mulheres indígenas em espaços universitários ou de debate acadêmico na Universidade de Brasília (UnB) para elucidar os desdobramentos do patriarcado tanto nos âmbitos políticos e étnicos, quanto no ensino superior brasileiro. Seus depoimentos permitiram refletir acerca dos processos de emancipação feminina em contextos majoritariamente masculinos.

No prosseguimento das pesquisas nos propomos aproximarmos da ‘pesquisa compromissada’ em chave de ‘horizontalidade’, privilegiando a autoria indígena tanto bibliográfica - artigos, livros, monografias, dissertações e teses-, como documental - discursos, audiovisuais, entrevistas jornalísticas, blogs, palestras, entre outros- disponíveis na internet em acesso aberto. A revisão bibliográfica e a análise documental, ou ‘etnografia histórica’, tornam-se técnicas relevantes para visualizar saberes contra hegemônicos habitualmente circunscritos à oralidade.

Esse critério de acessibilidade gratuita a partir da internet surgiu como resposta à precarização do financiamento da pesquisa social com orçamento público, não exclusiva da América Latina, mas que, aqui na periferia da geopolítica do conhecimento, ganha outros contornos. Raramente realizamos a pesquisa que

---

<sup>21</sup> É fundamental distinguir entre posições encarnadas e objetivas para reconhecer os encadeamentos dos lugares de estigma e de privilégio institucionalmente estruturados. Como Viviane (Resende, 2019, p. 34) sofremos “a condição das mulheres latino-americanas, com as experiências de violência daí decorrentes”. Também é verdade que não fomos vítimas de racismo, homofobia ou transfobia; tivemos fome apenas ocasionalmente, ainda não vivenciamos a experiência de não ter onde morar. Herdamos privilégios da branquidade e de classe, que incidem em oportunidades de acesso a bolsa de estudos de pós-graduação. Delimitar o lugar de fala é imprescindível pois é constitutivo dos limites e alcance de compreensão e reflexão.



gostaríamos, habitualmente concretizamos pesquisas adequadas às condições de financiamento. O acesso digital e documental incidiu no recorte geracional da pesquisa, acessamos as contribuições das indígenas mulheres anciãs apenas mediante menções e reconhecimentos feitos pelas indígenas mais jovens. Reconhecer essas ressalvas implica em assumir as distâncias constitutivas das relações de pesquisa e se atentar para a subjetividade na produção de conhecimento.

De outro lado, aspirando por relações de pesquisa menos verticalizadas nos ocorreu que a pesquisa documental se assemelha com a técnica milenar de catação<sup>22</sup> de moluscos, sementes e frutos. Nessa analogia, a nutrida produção indígena de conteúdos se revela como safra não estacional e a catagem como prática compromissada. Catar conteúdos incide ampliando o escopo de sua propagação convencional e mitigando a obsolescência de alguns suportes<sup>23</sup>. Embora ainda distante da prerrogativa de ‘ciência social por demanda’, o movimento intelectual de assumir-nos como catadoras de saberes contra hegemônicos almeja contribuir estimulando ‘diálogos improváveis’ dadas as restrições de alcance e divulgação dos saberes em questão.

O viés não intrusivo da catação de saberes contrasta com o caráter extrativista da maioria de abordagens de pesquisa social. Contra o despojo produzido pelas práticas tradicionais de conhecer, Rosana Rodríguez (2021) propõe a apropriação de ferramentas ativas como a reflexividade feminista, a análise das implicações da pesquisa social, responsabilidade ético-política diante da violência epistêmica, a explicitação das desigualdades em contextos de pesquisa e a valoração das diferenças. Contudo, fundamentar investigações acadêmicas em documentos-informações que não tiveram a priori essa finalidade impõe limites metodológicos. Não se trata de uma nova preocupação, já fora colocada na fundação da pesquisa documental como técnica de pesquisa. A inovação da nossa proposta radica ao conduzi-la em chave da crítica feminista, na conjunção entre gênero, etnia-raça e classe.

---

<sup>22</sup> Modo de vida simbioticamente ligado à natureza que envolve mulheres empobrecidas e racializadas, conhecimento sistêmico e aprofundado de cunho tradicional transmitido entre gerações- por exemplo, as catadoras de caranguejo, precisam conhecer além da técnica de catação, o ecossistema desse crustáceo que inclui o manguezal, o rio e as marés, e as práticas de beneficiamento e comercialização. Isto é, inter-relacionam diferentes saberes locais-, pilar de sociabilidade sociocultural, atividade artesanal e de pequena escala, sustentabilidade econômica e ambiental, voltada para o aproveitamento responsável de recursos hídricos, agrícolas e silvícolas, por exemplo, moluscos e crustáceos, sementes comestíveis e matérias primas para artesanato (MACHADO, 2007; SANTOS, SOUZA, 2015).

<sup>23</sup> Veículos, espaços físicos ou virtuais como revista, livros, jornais, programas de televisão, conversas entre pares. Vinculados a práticas sociais e a ordens de discurso particulares são dotados de potência reconhecida nos domínios discursivos por meio dos quais acessamos conteúdo.



Para superar a arrogância acadêmica e a crença errônea na superioridade intelectual, reconhecemos o privilégio situado e corporificado da nossa enunciação enquanto pesquisadoras. Visando sobrepujá-lo, recorrentemente evidenciamos a pluralidade de sujeitos cognoscentes mediante a cita de suas contribuições. Segundo Rosana Rodríguez (2021) é a citação que credita a autoridade discursiva dos saberes e vivências. Como aponta a indígena intelectual Inara Tavares (2020), estamos em mora de romper com essa perspectiva verticalizada, onde o norte ou espaço acadêmico se atribui a prerrogativa de produção de teoria e demarca o Sul e as sujeitas subalternizadas e racializadas como meras fornecedoras de dados empíricos. Repensar nossas práticas hierarquizadas de produção de conhecimento exige de nós constante e abrangente vigilância desde o momento de concepção das pesquisas, passando pela coleta, análise escrita e alcançando a divulgação-publicação e seus desdobramentos.

### Referências

ANSALDI, Waldo; GIORDANO, Verónica. *História de América Latina, una perspectiva sociológico-histórica 1880-2006*. Madrid: Dastin, 2006.

ARCILA, Sandra; GÓMEZ, Marcel; GÓMEZ, Karina; GÓMEZ, Ricardo; URREGO, Maribell. *La influencia de la teología de la liberación en el pensamiento pedagógico de Paulo Freire y de LUIS OSCAR LONDOÑO ZAPATA*. *Ágora U.S.B.*, v. 15, n. 1, pp. 291-305, 2015.

AGUIRRE BELTRÁN, Gonzalo. *El indigenismo y la antropología comprometida*. *Boletín Bibliográfico de Antropología Americana (1973-1979)*. v. 39, n. 48. 1977. pp. 33-59

BIDASECA, Karina. *Lenguas insurgentes y justicia cognitiva. ¿Es posible liberarse de la violencia epistémica del discurso etnográfico y etnológico?* In: ALVARADO, Mariana; DE OTO, Alejandro. *Metodologías en contexto: intervenciones en perspectiva feminista, poscolonial, latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO, 2017, pp. 49-62.

BRINGEL, Breno; MALDONADO, Emiliano. *Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação*. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 1, 2016, pp. 389-413.

BRIONES, Claudia. *Cartografías Argentinas. Políticas Indigenistas y Formaciones Provinciales de Alteridad*. Buenos Aires: Antropofagia. 2005.



BRIONES, Claudia. (2013). Conocimientos sociales, conocimientos académicos: asimetrías, colaboraciones, autonomías. Working Papers, desigualdades. Research Network on Interdependent Inequalities in Latin America, 39.

BRIONES, Claudia. (2014). Navegando creativamente los mares del disenso para hacer otros compromisos epistemológicos y ontológicos. Cuadernos de Antropología Social, 40, 49-70.

CAZÉS, Daniel (1969). Comentarios. América Indígena, n. XXIX-3, pp. 852-857. Fuente: Pacarina del Sur - <https://pacarinadelsur.com/nuestra-america/abordajes-y-contiendas/817-antropologia-y-politica-un-debate-olvidado> - Prohibida su reproducción sin citar el origen.

CARVALHO, Garbênio; TORRES, Maria Betânia. Horizontalidades e resistência: perspectivas para a construção cidadã das comunidades rurais da chapada do APODI-RN. Ideas. 2015. p. 74-97.

CORONA BERKIN, Sarah. Flujos metodológicos desde el Sur latinoamericano. La zona de la comunicación y las Metodologías Horizontales. Comunicación y sociedad, 2017, no 30, p. 69-106.

CORONA BERKIN, Sarah. Producción horizontal del conocimiento. Costa Rica: UCR. 2020.

CORONA BERKIN, Sarah; KALTMEIER, Olaf. Introducción. In: Diálogo: metodologías horizontales en ciencias sociales y culturales Barcelona: Gedisa. 2012, pp. 11-21.

CORNEJO, Inés. Politizar la escucha. Genealogía metódica desde América Latina. II. Historización metódica: entre la vigencia y la actualidad latinoamericana. In: CORNEJO, Inés; RUFER, Mario. Horizontalidad: hacia una crítica de la metodología. Buenos Aires: CLACSO; México: CALAS, 2020. pp. 203-230.

CURIEL, Ochy. Construyendo metodologías feministas desde el feminismo decolonial. In: MENDIA, Irantzu; LUXÁN, Marta; LEGARRETA, Matxalen; GUZMÁN, Gloria. Otras formas de (re)conocer. Reflexiones, herramientas y aplicaciones desde la investigación feminista. Bilbao: UPV/EHU. 2014, pp. 21-44.

CRUZ, Felipe. Indígenas antropólogos e o espetáculo da alteridade. Série Antropología, v. 456, 2016, pp. 5-26.

FALS BORDA, Orlando. Cómo investigar la realidad para transformarla. In: FALS BORDA, Orlando. Una sociología sentipensante para América Latina. Buenos Aires: Siglo XXI/CLACSO. 2015 [1979]. pp. 253-301.



FALS BORDA, Orlando. Campesinos de los Andes: estudio sociológico de Saucío. Bogotá: Universidad Nacional. 1961.

FALS BORDA, Orlando. Por la praxis: el problema de cómo investigar la realidad para transformarla. Bogotá. Bogotá: Federación para el análisis de la realidad colombiana (FUNDARCO). 1978

FALS BORDA, Orlando. Resistencia en el San Jorge. Bogotá: Carlos Valencia Editores. 1984

FALS BORDA, Orlando. La ciencia y el pueblo: nuevas reflexiones. in FALS BORDA, Orlando. Ciencia propia y colonialismo intelectual. Los nuevos rumbos. Bogotá: Carlos Valencia Editores. 1987. pp. 65-84

FERNÁNDEZ-CAMACHO, Marcela. Una metodología militante: “parar para pensar”. *Liminar*, v. 19, n. 1, p. 15-29, 2021.

FERRO, Larissa C. de Sousa. Agenda dos Movimentos de Mulheres Indígenas no Brasil e Bolívia em perspectiva comparada. Projeto de Qualificação para o Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Comparadas nas Américas. Universidade de Brasília. 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogía del oprimido. Montevideo: Tierra Nueva. 1970.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Sociedad plural, colonialismo interno y desarrollo em América Latina. *Revista do Centro Latinoamericano de Ciencias Sociales*. Ano VI, n. 3 pp. 19-63.

LEYVA SOLANO, Xochitl. “Geopolitics of Knowledge and the Neo-Zapatista Social Movement Networks”. In: SEN, Jai (ed.). *The Movement of Movements*. Part 1: What Makes us Move? Nueva Delhi, PM Press, [2011] 2017, pp.161-183.

LEYVA SOLANO, Xochitl; SPEED, Shanon. Hacia la investigación descolonizada: nuestra experiencia de co-labor. In: LEYVA, Xochitl; BURGUETE, Araceli; SPEED, (Coords.). *Gobernar (en) la diversidad: experiencias indígenas desde América Latina*. Hacia la investigación de colabor México: CIESAS. 2008, pp. 65-107.

LIMA, Telma e MIOTO, Regina. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katálysis*, v. 10, n. esp. 2007. pp. 37-45.

MACHADO, Denise. Catadoras de caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia brasileira. *Revista Estudos Feministas*, 2007, v. 15, p. 485-490.



KALTMEIER, Olaf. Hacia la descolonización de las metodologías: reciprocidad, horizontalidad y poder. In: CORONA BERKIN, Sarah; KALTMEIER, Olaf. *Diálogo: metodologías horizontales en ciencias sociales y culturales* Barcelona: Gedisa. 2012, pp. 25-54.

MENDES, Aline; CASTRO, David; ALVES, Izabella; LEMOS, Juliana. Projeto Laços e sua construção metodológica. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, 2018, v. 14, n. 19.

MÜLLER, Gerhard; GUTIÉRREZ, Gustavo. *Del lado de los pobres. Teología de la liberación*. Lima: Centro de Estudios y Publicaciones, Instituto Bartolomé de las Casas. 2013.

ORTIZ, Alexander; ARIAS, María. Hacer decolonial: desobedecer a la metodología de investigación. *Hallazgos*, 2019, 16(31).

PIRES, Andressa; LIMA, Sostenes. Função-autor de Foucault e commodificação discursiva no contexto do capitalismo cognitivo. *Vialitterae*, v. 12, p. 292-304, 2020.

RAPPAPORT, Joanne. Más allá de la escritura: la epistemología de la etnografía en colaboración *Revista Colombiana de Antropología*, v. 43, , 2007, pp. 197-229.

RESENDE, Viviane. perspectivas latino-americanas para decolonizar os estudos críticos do discurso. In: RESENDE, Viviane. *Decolonizar os estudos críticos do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2019, pp. 19-46.

RIÑO, Yvonne. La producción de conocimiento como “minga” y las barreras a la equidad en el proceso investigativo. In: CORONA BERKIN, Sarah; KALTMEIER, Olaf. *Metodologías horizontales en Ciencias Sociales y Culturales*. Barcelona: Gedisa. 2012, pp. 137-160.

RICHARD, Nelly. Intersectando latinoamerica con el latinoamericanismo: saberes academicos, practica teórica y critica cultural. *Revista Iberoamericana de Crítica Cultural*. 1997. n. 180, pp. 345-361.

RICHARD, Nelly. *Globalización académica, estudios culturales y crítica latinoamericana*. Clacso, 2005.

RIPAMONTI, Paula. Investigar a través de narrativas: notas epistémico-metodológicas. In: ALVARADO, Mariana; DE OTO, Alejandro. *Metodologías en contexto: intervenciones en perspectiva feminista, poscolonial, latinoamericana*. Buenos Aires: CLACSO, 2017, pp. 83-104.

RODRÍGUEZ, Rosana. Pasar la teoría por el propio cuerpo. Una herramienta descolonial contra el extractivismo metodológico. In: RODRÍGUEZ, Rosana;



MARQUES, Sofia; BROZOVICH, Victoria. Corpobiografías de sanación: escrituras, cuerpos y saberes de mujeres. Mendoza: Universidad del Cuyo. 2021. pp. 19-46.

ROSSINI, Tayza. 2016. A construção do feminino na literatura: representando a diferença. Dossiê Literatura de Autoria feminina. Trem das Letras, v. 1, n. 3, pp. 97-111.

RUANO-IBARRA, Elizabeth, ARAUJO, Julia. Participação-autoria e coordenação liderança feminina nas reuniões anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Millcayac - Revista Digital de Ciências Sociais, v. 6, n. 11, 2019, pp. 31-62.

RUANO-IBARRA, Elizabeth; DA CRUZ, Danilo. Introducción. In: RUANO-IBARRA, Elizabeth; DA CRUZ, Danilo. Democratización, inestabilidad y desigualdades en América Latina. ALACIP: Campos. 2020.

RUFER, Mario. El habla, la escucha y la escritura. Subalternidad y horizontalidad desde la crítica poscolonial. In: CORONA BERKIN, Sarah; KALTMEIER, Olaf. Diálogo: metodologías horizontales en ciencias sociales y culturales Barcelona: Gedisa. 2012, pp. 55-84.

SANTOS, Eline; SOUZA, Rosemeri. Territorialidade das catadoras de mangaba no litoral sul de Sergipe. Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais, 2015, v. 6, n. 3, pp. 629-642.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. e-cadernos CES, n. 18. 2012, pp. 106-131.

SWAMPA, Mariestella. Notas provisórias sobre la sociología, el saber académico y el compromiso intelectual. HERNÁNDEZ; Valeria. SWAMPA, Mariestella. Entre dos mundos. Reflexividad y compromiso. Buenos Aires: Prometeo, 2008, pp. 1-17.

TAVARES, Inara do Nascimento. Reflexões sobre o debate pós-colonial desde percepções de si. In: BANIWA, Braulina; KAINANG, Jozileia; TREMEMBÉ, Lucinha (org.) Vivências Diversas: uma coletânea de indígenas mulheres. Editora Hucitec, São Paulo, 2020, p. 65- 82.

TUHIWAI SMITH, Linda. A descolonizar las metodologías: Investigación y pueblos indígenas. Santiago de Chile: Lom Ediciones. 2016.

VIDALES GONZÁLES, Carlos. En diálogo: Metodologías horizontales en ciencias sociales y culturales. Comunicación y sociedad, 2013, n. 20, p. 239-247.

VÁZQUEZ, Gialuanna; MEDINA-MELGAREJO, Patricia. Reflexiones metodológicas: interculturalidad, horizontalidad, co/labor epistémica y de/colonialidad. Revista de Derechos Humanos y Estudios Sociales, n. 16, 2016, pp. 49-78.





VII Encuentro Latinoamericano de Metodología de las Ciencias Sociales  
Migración, diversidad e interculturalidad:  
Desafíos para la investigación social en América latina

WUENSCH, Ana. 2015. Acerca da existência de pensadoras no Brasil e na América Latina. *Problemata: R. Intern. Fil.*, v. 6, n. 1, pp. 113-150.

WRIGHT-MILLS, Charles. “Do artesanato intelectual”. A imaginação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1980 [1959], pp. 211-243.